

sãom

Handwritten signatures and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANO 2018



28 de Março de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	5
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5	Ativos Fixos Tangíveis	15
6	Ativos Intangíveis	17
7	Inventários	18
8	Rédito	18
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	19
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
11	Imposto sobre o Rendimento	19
12	Benefícios dos empregados	20
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
14	Outras Informações	20
14.1	Investimentos Financeiros	20
14.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
14.3	Clientes e Utentes	21
14.4	Outras contas a receber	22
14.5	Diferimentos	22
14.6	Caixa e Depósitos Bancários	22
14.7	Fundos Patrimoniais	22
14.8	Fornecedores	23
14.9	Estado e Outros Entes Públicos	23
14.10	Outras Contas a Pagar	23
14.11	Subsídios, doações e legados à exploração	24
14.12	Fornecimentos e serviços externos	24
14.13	Outros rendimentos	24
14.14	Outros gastos	25
14.15	Resultados Financeiros	25
14.16	Acontecimentos após data de Balanço	25

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2018 (1)
ACTIVO:		
Activo não corrente:		
Activos fixos tangíveis	5	13 292.93
Bens do património histórico e artístico e cultural		-
Propriedades de investimento		-
Activos intangíveis	6	198.23
Investimentos financeiros	14.1	24 552.95
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	-
		38 044.11
Activo corrente:		
Inventários		5 648.91
Créditos a receber	14.3	44 544.00
Estado e outros entes públicos	14.9	15 735.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	500.00
Outras contas a receber	14.4	22 081.65
Diferimentos	14.5	7 514.70
Outros activos financeiros		-
Caixa e depósitos bancários	14.6	241 383.40
		337 451.77
Total do Activo		375 451.77
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:		
Fundos patrimoniais		
Fundos		10 507.66
Excedentes Técnicos		-
Reservas		-
Resultados transitados		209 023.05
Outras variações nos fundos patrimoniais		-
Resultado líquido do período		-10 200.49
Total do Fundo de Capital		209 330.22
PASSIVO:		
Passivo não corrente:		
Provisões		8 365.50
Provisões específicas		-
Financiamentos obtidos		-
Outras contas a pagar		-
		-
Passivo corrente:		
Fornecedores	14.8	49 045.36
Adiantamentos de Clientes		-
Estado e outros entes públicos	14.9	19 208.96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-
Financiamentos obtidos		-
Diferimentos	14.5	29 991.98
Outras contas a pagar	14.10	59 509.75
Outras passivos financeiros		-
		157 756.05
Total do Passivo		166 121.55
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		375 451.77

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2018 (1)
Vendas e serviços prestados	8	203.595,00
Subsídios à exploração	14.11	533.382,03
Varição nos inventários da produção		-
Trabalhos para a própria entidade		-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(128 993.76)
Fornecimentos e serviços externos	14.12	(175 593.59)
Gastos com o pessoal	12	(470 733.02)
Imparidades (perdas/reversões)		-
Provisões (aumentos/reduções)	9	(8 365.50)
Outros rendimentos e ganhos	14.13	72 171.52
Outros gastos e perdas	14.14	(3 935.85)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(8 341.50)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(4 954.99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(13 296.49)
Juros e rendimentos similares obtidos		3 096.00
Juros e gastos similares suportados		0.00
Resultado antes de impostos (EBT)		(10 200.49)
Imposto sobre o rendimento do período		-
Resultado líquido do período		- 10 200.49

1 Identificação da Entidade

A S.A.O.M.- Serviços de Assistência Organizações de Maria é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 220, Série III de 22/9/1994, com sede em Rua das Virtudes, 11. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos na velhice e em todas as situações de falta, ou diminuição, de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho; e
- Promover a satisfação das necessidades biopsicossociais dos indivíduos em risco de exclusão social, da infância à velhice;

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão

evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	10.507,66
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	2.800,00
Impostos Diferidos	0,00
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	13.307,66

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	4 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	8 anos
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

juízo efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Edifício Rua das Virtudes nº 11 Porto

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	96 307.33					96 307.33
Equipamento de transporte	132 468.84					132 468.84
Equipamento biológico	114 804.66	1.213.40				116 018.06
Equipamento administrativo	0.00					0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
Total	344 891.50	1.213.40	0.00	0.00	0.00	346 104.90
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	88 072.98	4170.37				92 243.35
Equipamento de transporte	132 468.84					132 468.84
Equipamento administrativo	110 245.21	2808.47				113 053.68
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
Total	332 097.70	6.978.84	0.00	0.00	0.00	339 076.54

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	96 307.33	859.77				97 167.10
Equipamento de transporte	132 468.84					132 468.84
Equipamento administrativo	116 018.06	494.93				116 512.99
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
Total	346 104.90	1 354.70	0.00	0.00	0.00	347 459.60
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	92 243.35	3 246.15				95 489.50
Equipamento de transporte	132 468.84					132 468.84
Equipamento administrativo	113 053.68	1 384.92				114 438.60
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
Total	339 076.54	4 631.07	0.00	0.00	0.00	343 707.61

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	2 993.05					2 993.05
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	2 993.05	0.00	0.00	0.00	0.00	2 993.05
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	2 993.05					2 993.05
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	2 993.05	0.00	0.00	0.00	0.00	2 993.05
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	5 648.
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0.00	104 254.25	0.00	0.00	112 012.72	0.00	0.
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.
Total	0.00	104 254.25	0.00	0.00	112 012.72	0.00	5 648.
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				135 210.56			128 993.
Variações nos inventários da produção				0.00			0.

8 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0.00	331.05
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	68 963.38	79 080.84
Quotas e joias	850.00	1 040.00
Prestação de Serviços		
Projetos Âmbito Social	57 845.10	65 868.77
Prestação de Serviços		
Âmbito comercial	67 353.07	67 621.54
Juros	3 096.00	3 322.58
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
Total	198 107.55	217 264.78

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Impostos	0.00	0.00	0.00	0.00
Garantias a clientes	0.00	0.00	0.00	0.00
Processos judiciais em curso	0.00	0.00	0.00	0.00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias ambientais	0.00	0.00	0.00	0.00
Contratos onerosos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reestruturação	0.00	0.00	0.00	0.00
Provisões específicas do setor	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras provisões	0.00	8 365.50	0.00	8 365.50
Total	0.00	8 365.50	0.00	8 365.50

Foi constituída provisão em "Provisões - processos em curso" justificada por processo junto do Instituto da Segurança Social IP. correspondente a um despedimento de trabalhador por mutuo acordo e notificação do pagamento da Instituição aos serviços da Segurança Social das prestações de subsídio de desemprego ao trabalhador despedido.

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
Centro Regional Segurança Social	432 268,48	422 691,04
Apoios do Governo		
SICAD	79 817,68	69 658,88
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	21 295,87	14 148,00
Autarquias Locais		
Total	533.382,03	506.497,92

11 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2018	2017
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0.00	0.00

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respectivamente cinco. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "39" e em 31/12/2018 foi de "40".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	382 204,04	370 289.29
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	80 468.71	78 305.27
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 129.88	3 207.57
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	3 930.39	603.55
Total	470 733.02	452 405.68

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em associadas	20 000.00	20 000.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	20 000.00	20 000.00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos noutras empresas	0.00	0.00
Outros investimentos financeiros	4 552.95	3 528.67
Perdas por Imparidade Acumuladas	0.00	0.00
Total	24 552.95	23 528.67

14.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	500.00	50.00
Doadores - em curso	0.00	0.00
Patrocinadores	0.00	0.00
Quotas	0.00	0.00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Perdas por imparidade	0.00	0.00
Total	500.00	50.00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0.00	0.00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Resultados disponíveis	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

14.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	42 837.26	40 236.68
Utentes	9 093.26	12 774.71
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	51 930.52	53 011.39

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

14.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	-538.53
Adiantamentos ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0.00	0.00
Outras operações	-270.82	-215.57
Outros Devedores	10 490.30	31 763.42
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	10 219.48	31 009.32

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros / outros	7 514,70	4 340,11
Total	7 514.70	4 340.11
Rendimentos a Reconhecer		
Subsídios SICAD / IEFP	29 991,98	37 640,57
Total	29 991.98	37 640.57

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	2 088.79	6 486.25
Depósitos à ordem	36 294.61	7 827.47
Depósitos a prazo	203 000.00	203 000.00
Outros		
Total	241 383.40	217 313.72

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	10 507.66	0.00	0.00	10 507.66
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	199 776.26	9 246.79	0.00	209 023.05
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	210 283.92	9 246.79	0.00	219 530.71

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	49 045.36	35 994.29
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	49 045.36	35 994.29

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	15 735.00	15 249.75
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	527.92
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	15 735.00	15 777.67
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 147.98	3 268.99
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0.00	0.00
Segurança Social	9 719.22	9 137.19
Outros Impostos e Taxas	4 258.76	3 151.29
Total	17 125.96	15 557.47

14.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0.00		538.53
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		270.82		215.57
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
Fornecedores de Investimentos		0.00		0.00
Credores por acréscimo de gastos		0.00		0.00
Outros credores		-10 490.30		-31 763.42
Total	0.00	-10 219.48	0.00	-31 009.32

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	432 268.48	422 691.04
Subsídios de outras entidades	101 113.55	83 806.88
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	533 382.03	506 497.92

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

14.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	78 725.81	79 624.89
Materiais	11 032.54	11 844.07
Energia e fluidos	58 341.41	55 678.91
Deslocações, estadas e transportes	1 692.95	1 188.74
Serviços diversos	25 800.88	22 434.21
Total	175 593.59	170 770.82

14.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0.00	0.00
Descontos de pronto pagamento obtidos	160.33	0.00
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros rendimentos	72 011.19	78 995.45
Total	72 171.52	78 995.45

14.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	610.50	22.17
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0.00	0.00
Gastos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos	3 325.35	27 614.42
Total	3 935.85	27 636.59

14.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0.00	0.00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 096.00	3 322.58
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	3 096.00	3 322.58
Resultados Financeiros	3 096.00	3 322.58

14.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 28 de Março de 2019.

Miragaia, 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado

Miguel Martins Lameira

A Direção

saom
António Filipe T...
Luís Gabriel Sousa da Fonseca
Luís Alberto
Luís Alberto
João Modolene Soares Martins Mendes

SAOM Serviços de Assistência Organizações de Maria
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501396861

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		203.595,00	213.942,20
Subsídios, doações e legados à exploração		533.382,03	506.497,92
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		128.993,76	135.210,56
Fornecimentos e serviços externos		175.593,59	170.770,82
Gastos com o pessoal		470.733,02	452.405,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		8.365,50	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		72.171,52	78.995,45
Outros gastos		33.804,18	27.636,59
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-8.341,50	13.411,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		4.954,99	7.487,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-13.296,49	5.924,21
Juros e rendimentos similares obtidos		3.096,00	3.322,58
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-10.200,49	9.246,79
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-10.200,49	9.246,79

SAOM Serviços de Assistência Organizações de Maria
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501396861
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		13 292.93	16 569.30
Bens do património histórico e artístico e cultural		0.00	0.00
Ativos intangíveis		198.23	522.15
Investimentos financeiros		24 552.95	23 528.67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Outros Créditos e ativos não correntes		0.00	0.00
		38 044.11	40 620.12
Activo corrente			
Inventários		5 648.91	0.00
Créditos a receber		44 544.00	45 624.87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		500.00	50.00
Diferimentos		7 514.70	4 340.11
Caixa e depósitos bancários		241 383.40	217 313.72
Estado e outros entes públicos		15 735.00	15 777.67
Outros ativos correntes		22 081.65	41 690.77
		337 407.66	324 797.14
Total do ativo		375 451.77	365 417.26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		10 507.66	10 507.66
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados		209 023.05	199 776.26
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0.00	0.00
		219 530.71	210 283.92
Resultado líquido do período		-10 200.49	9 246.79
Total dos fundos patrimoniais		209 330.22	219 530.71
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		8 365.50	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
		8 365.50	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores		49 045.36	35 994.29
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Estado e outros entes públicos		19 208.96	17 686.57
Outros passivos correntes		59 509.75	54 565.12
Diferimentos		29 991.98	37 640.57
		157 756.05	145 886.55
Total do passivo		166 121.55	145 886.55
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		375 451.77	365 417.26

A Direcção

O responsável